

Demonstrações Financeiras

Sertão I Solar Energia SPE S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Sertão I Solar Energia SPE S.A.
Rio de Janeiro-RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sertão I Solar Energia SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Sertão I Solar Energia SPE S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Receita de venda de energia fornecida e não faturada

As receitas da Companhia são oriundas principalmente do fornecimento de energia elétrica, sendo reconhecidas quando o controle dos serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes serviços, o que coincide com o momento no qual a energia é efetivamente fornecida.

A Companhia utiliza como procedimento estimar o montante de venda de energia realizada, mas ainda não faturada, para o reconhecimento da correspondente receita no seu correto período de competência. No período subsequente, essa estimativa é estornada e então registrada a venda efetivamente realizada, obtida pela medição da energia vendida nos últimos dias do mês anterior até o dia da medição do mês em curso.

Em 31 de dezembro de 2019, essa estimativa totalizou R\$2.089 mil nas demonstrações financeiras e foi mensurada com base no volume consumido e ainda não faturado. Considerando que o reconhecimento de parte da receita da venda de energia envolve alto nível de julgamento por utilizar dados de faturamento em bases estimadas, o monitoramento desse assunto foi considerado como significativo para auditoria e mantido como um assunto importante no processo de auditoria neste exercício.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria para a receita de venda de energia fornecida e não faturada incluíram, entre outros: (i) compreensão e documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da Administração; (ii) recálculo da estimativa de receita de venda de energia realizada e não faturada em dezembro de 2019 considerando: 1) comparação da estimativa feita pela Administração com a receita efetivamente faturada no mês subsequente; 2) validação da tarifa de venda de energia conforme estabelecido no contrato de venda de energia da Companhia, incluindo os reajustes de preços conforme contrato de venda de energia; e 3) inspeção documental das últimas medições de energia fornecida e não faturada e confronto com o faturamento subsequente; (iv) revisão do contrato de venda de energia da Companhia para garantir que o contrato de venda de energia foram adequadamente registrados conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e respectivas políticas contábeis da Companhia; e (v) revisão das divulgações efetuadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento das receitas não faturadas adotadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Building a better
working world

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6


Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2019	2018
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.491	1.988
Contas a receber	6	3.495	2.019
Adiantamento a fornecedores e funcionários		17	110
Impostos a recuperar	11	1.007	949
Despesas antecipadas		114	13
Garantias e retenções contratuais debêntures	7	8.831	9.073
		17.955	14.152
Não circulante			
Imobilizado líquido	8	155.526	162.323
		155.526	162.323
Total do ativo		173.481	176.475
Passivo			
Circulante			
Debêntures	9	6.172	4.711
Fornecedores terceiros	10	501	909
Partes relacionadas	12	1.049	2.040
Impostos a recolher	11	511	352
Empréstimos com partes relacionadas	12	4.974	4.974
		13.207	12.986
Não circulante			
Debêntures	9	104.051	105.595
Conta corrente com partes relacionadas	12	152	152
		104.203	105.747
Total do passivo		117.410	118.733
Patrimônio líquido			
Capital social	13	56.453	56.453
Reserva legal		-	65
Reserva de expansão		-	1.224
Prejuízo acumulado		(382)	-
Total do patrimônio líquido		56.071	57.742
Total do passivo e do patrimônio líquido		173.481	176.475

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2019	2018
Receita operacional líquida	14	25.490	25.237
Custos dos Serviços	15	(9.512)	(10.491)
Lucro bruto		15.978	14.746
Despesas operacionais		(1.956)	(1.375)
Despesas tributárias		(104)	(116)
Despesas gerais e administrativas	16	(2.060)	(1.491)
Outras receitas não operacionais		-	4.872
Outras despesas não operacionais		-	(217)
Receitas não operacionais, líquidas	17	-	4.655
Lucro operacional		13.918	17.910
Despesas financeiras	18	(14.882)	(12.606)
Receitas financeiras	18	94	204
Resultado financeiro		(14.788)	(12.402)
(Prejuízo)/Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		(870)	5.508
Imposto de renda e contribuição social	19	(801)	(2.872)
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		(1.671)	2.636
(Prejuízo)/Lucro líquido básico e diluído por ação (em reais)		(0,03)	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	(1.671)	2.636
Resultado abrangente total	(1.671)	2.636

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reserva legal	Reserva de Expansão	Prejuízo Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	56.453	-	-	(1.347)	55.106
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.636	2.636
Reserva legal	-	65	-	(65)	-
Reserva de expansão	-	-	1.224	(1.224)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	56.453	65	1.224	-	57.742
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.671)	(1.671)
Absorção de prejuízo	-	(65)	(1.224)	1.289	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	56.453	-	-	(382)	56.071

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(870)	5.508
Ajuste para reconciliar o resultado antes dos tributos com o fluxo de caixa:		
Depreciação Imobilizado	6.876	6.865
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos	380	8.237
Juros e custo de captação sobre Debêntures	13.776	2.072
Baixas do Imobilizado	-	1.070
	20.162	23.752
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(1.476)	2.489
Garantias e retenções contratuais	242	(9.073)
Outros ativos	(66)	(1.070)
Fornecedores e contas a pagar com partes relacionadas	(1.399)	(406)
Tributos a recolher	159	(865)
Outros passivos	-	(2.484)
Caixa proveniente das operações	17.622	12.343
Juros Pagos Empréstimos com partes relacionadas	(380)	(12.685)
Juros Pagos Debêntures	(8.506)	(1.315)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(801)	(2.872)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	7.935	(4.529)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições no imobilizado	(79)	(165)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(79)	(165)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos tomados junto a partes relacionadas	-	4.950
Amortização de principal - partes relacionadas	-	(118.320)
Captação de Debêntures	-	119.701
Amortização de principal - Debêntures	(5.353)	(10.152)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(5.353)	(3.821)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa	2.503	(8.515)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.988	10.503
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.491	1.988
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa	2.503	(8.515)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Sertão I Solar Energia SPE S.A., doravante denominada “Companhia” ou “Sertão”, constituída no dia 05 de janeiro de 2016, e sediada inicialmente na Cidade do Rio de Janeiro, com filial instalada na cidade de João da Costa - PI, tem por atividade preponderante a geração de energia elétrica, o que inclui a prática dos seguintes atos:

- (a) Geração de energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica denominado Sertão I, localizado no município de João Costa, Estado do Piauí, Brasil; e
- (b) Prestação de serviços de assessoria e consultoria para o desenvolvimento do projeto descrito no item acima.

A Sertão I Solar Energia SPE S.A. recebeu autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Fotovoltaica ("Planta"), por meio da Portaria nº 74 de 8 de março de 2016, tendo vigência pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir de sua publicação.

A Companhia foi uma das vencedoras do leilão no 08/2015-ANEEL (1º LER/2015), destinado à contratação de energia elétrica de reserva. A autorização para o início da geração de energia elétrica ocorreu em 1º de agosto de 2017, conforme Portaria MME nº 69/2015.

A energia elétrica negociada neste leilão é objeto de Contrato de Energia de Reserva (CER), na modalidade "quantidade de energia", com prazo de suprimento de 20 (vinte) anos.

A Central Geradora Fotovoltaica conta com 30.000 kW de capacidade e instalada e 7.800 kW médios de garantia física de energia, constituída por trinta Unidades Geradoras de 1.000 kW.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão

Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras em 30 de março de 2020.

Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

3.1. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.1. Classificação corrente versus não corrente--Continuação

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.2. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

3.3. Moeda funcional

Os itens incluídos nas informações anuais são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As informações anuais da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera em caixa e equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.5. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição e transformação. A depreciação é calculada pelo método linear, que levam em consideração a vida econômica útil dos ativos.

Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.5. Imobilizado--Continuação

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando não se espera nenhum benefício econômico futuro do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas na venda do ativo (calculados como a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, vida útil e métodos de depreciação são revisados todos os anos e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

<u>Bens</u>	<u>Vida útil (anos)</u>
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos	5
Benfeitorias em bens de terceiros	5
Central Solar	25

3.6. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-la.

3.7. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.7. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo ou financiamento.

A Companhia capitalizou os custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis a construção. A Companhia contabiliza em despesa os custos de empréstimo relativos a projetos de construção referentes ao período posterior ao início das operações.

3.8. Tributos

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota o lucro presumido como regime de tributação para apuração do imposto de renda e contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente, são calculados com base no percentual de presunção de 8% sobre o total do faturamento, posteriormente aplicado as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

<u>Nome do tributo</u>	<u>Sigla</u>	<u>Alíquotas</u>
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%

Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado.

Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.9. Reconhecimento de receita

A receita operacional será reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens são transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e, finalmente, (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. No que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

a) Receita de geração de energia

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Sociedade é registrada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal. Tal prática é contabilizada conforme o parágrafo 17 do CPC 27, que permite a capitalização de custos para verificar se o item está funcionando corretamente após a dedução de receitas líquidas provenientes da venda de qualquer item produzido no período de testes.

b) Receita de juros

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, que são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Sociedade e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros sobre o montante do principal em aberto.

3.10. Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, garantias e retenções contratuais de debêntures e contas a pagar a fornecedores.

Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.10. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo mais os custos diretamente atribuíveis à sua compra ou emissão, exceto instrumentos financeiros classificados como valor justo pelo resultado, para os quais os custos são registrados na demonstração do resultado para o período.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.10. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como subseqüentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

A Companhia mensura como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Para os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, os ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração do resultado.

Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.10. Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros--Continuação

Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

3.11. Perda por redução ao valor recuperável

Os ativos da Companhia são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo.

Em 2019, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Companhia.

3.12. Partes relacionadas

A Companhia reconhece como parte relacionada as transações financeiras com seus acionistas e com as empresas a eles ligadas, direta ou indiretamente, desde que haja relações contratuais formalizadas.

Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.13. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.14. Sazonalidade das operações

A Companhia não possui sazonalidade em suas operações.

3.15. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de geração de energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica, não possuindo outros segmentos de atuação.

3.16. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras foram analisadas e concluídas que não surtirão impactos na contabilidade da Companhia. São elas: CPC 11, CPC 15 (R1) e CPC 26 (R1).

3.17. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

A seguir indicamos as alterações das normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019.

- CPC 20 - "Custos de Empréstimos": as alterações esclarecem que a entidade deve tratar como parte dos empréstimos em geral qualquer empréstimo que tenha sido contraído originalmente para desenvolver um ativo qualificável quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para uso ou venda forem concluídas. A entidade aplica essas alterações aos custos de empréstimos incorridos a partir do início do período anual em que a entidade aplica essas alterações pela primeira vez. A entidade aplica estas alterações a períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2019. Como a prática atual da Companhia está alinhada a essas alterações; não houve nenhum impacto sobre suas demonstrações financeiras.
- O CPC 06 (R2) teve adoção requerida a partir de 1º de janeiro de 2019, na qual estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo o IAS 17.

Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.17. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações--Continuação

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, na data em que o bem arrendado se torna disponível para uso pela Companhia. Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com depreciação do ativo de direito de uso e a despesa com juros sobre o passivo de arrendamento. Serão reconhecidas despesas financeiras no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

- Os contratos com prazos inferiores a 12 meses ou com valor do ativo objeto do arrendamento não significativo não foram analisados dentro do escopo CPC 06 (R2);
- Efeito de transição, a Companhia optou por aplicar o enfoque retrospectivo modificado e não vai reapresentar valores comparativos de anos anteriores;
- Optou por mensurar o direito de uso inicial do ativo por um montante igual ao passivo por arrendamento em 1º de janeiro de 2019, na forma do que dispõe o expediente prático C3 do CPC 06 R2;

Utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto, que foi baseada na taxa incremental de juros para o período do contrato.

No que se refere ao CPC 06 (R2), a Companhia concluiu que os princípios e alterações introduzidas pelas novas normas não tiveram impactos na Companhia, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras.

- ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento Tributos sobre o Lucro: Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro quando houver incerteza acerca de uma determinada transação ou circunstância em relação à incidência do IRPJ e da CSLL. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nessa interpretação.

A Administração da Companhia conclui que a aplicação dessa interpretação não trouxe impactos significativos às demonstrações financeiras da Companhia.

Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras pela Companhia requer que a administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado.

Estimativas e premissas contábeis

As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir:

Provisões e contingências

A Companhia está sujeita no curso normal dos nossos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental e societária, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidas contra a Companhia poderão ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado final.

A Companhia é periodicamente fiscalizada por diferentes autoridades, incluindo fiscais, trabalhistas, previdenciárias e ambientais. Não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a Companhia, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Atualmente a Companhia não possui contingências e as provisões registradas no decorrer do exercício de 2019, se referem temas de manutenção da central solar, aluguel de terrenos, serviços de advogados e contabilidade.

Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas contábeis--Continuação

Vida útil do ativo imobilizado

A vida útil classificada no ativo imobilizado reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros sejam consumidos pela Companhia. Anualmente, a Companhia revisa a vida útil desses ativos.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e bancos	2	50
Aplicações financeiras	4.489	1.938
Total de caixa e equivalentes de caixa	4.491	1.988

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Modalidade		
Certificado de depósito bancário Banco Santander	4.489	1.938
	4.489	1.938

Aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a certificados de depósito bancário de curto prazo, que refletem as condições usuais de mercado, cujo vencimento, na data do balanço, é igual ou inferior a 90 dias. Possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros.

6. Contas a receber

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Clientes nacionais	1.406	-
Notas fiscais pendente de emitir (*)	2.089	2.019
	3.495	2.019

(*) Saldo composto de valores relativos à venda de energia já entregue e ainda não faturada.

Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Garantias e retenções contratuais debêntures

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Garantia - Juros debêntures	7.569	6.915
Retenção - Juros debêntures	1.262	119
Conta centralizadora	-	2.039
	<u>8.831</u>	<u>9.073</u>

O saldo de R\$8.831 (R\$9.073 em 31 de dezembro de 2018), está composto por movimentações bancárias de três contas de *escrow* que contém parte das garantias constituídas na emissão das debêntures. Parte dos recursos recebidos são transferidos para estas contas para suportar o próximo compromisso de amortização das debêntures.

A conta “reserva” também deverá conter um saldo mínimo em garantia do pagamento da próxima parcela de amortização do principal e dos acessórios da dívida e eventual depósito de recursos necessários para que o cálculo do ICSD atinja os níveis exigidos.

A conta denominada “retenção” foi constituída para acúmulo gradual mensal de 1/6 (um sexto) e pagamento semestral da próxima parcela de amortização do principal e dos acessórios da dívida decorrente da escritura de emissão de debêntures.

Na conta denominada “centralizadora” são depositados todos os recursos provenientes dos direitos creditórios como: Contrato de energia reserva, apólices de seguro do projeto, contrato de EPC e de O&M celebrado com a PVH do Brasil.

8. Imobilizado líquido

a) Movimentações dos custos e depreciações do período de 2019

	<u>Central solar</u>	<u>Instalações</u>	<u>Veículos</u>	<u>Construções em andamento</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial 31/12/2018	162.181	28	114	-	162.323
Adições	-	-	-	79	79
Custo em 31/12/2019	<u>162.181</u>	<u>28</u>	<u>114</u>	<u>79</u>	<u>162.402</u>
Depreciação	<u>(6.846)</u>	<u>(3)</u>	<u>(27)</u>	-	<u>(6.876)</u>
Saldo líquido 31/12/2019	<u>155.335</u>	<u>25</u>	<u>87</u>	<u>79</u>	<u>155.526</u>
Vida útil em anos	25	10	5	-	

Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado líquido--Continuação

b) Movimentações dos custos e depreciações do período de 2018

	<u>Central Solar</u>	<u>Instalações</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial 31/12/2017	170.093	-	-	170.093
Adições	-	29	136	165
Baixas	(1.070)	-	-	(1.070)
Custo em 31/12/2018	<u>169.023</u>	<u>29</u>	<u>136</u>	<u>169.188</u>
Depreciação	<u>(6.842)</u>	<u>(1)</u>	<u>(22)</u>	<u>(6.865)</u>
Saldo líquido 31/12/2018	<u>162.181</u>	<u>28</u>	<u>114</u>	<u>162.323</u>
Vida útil (em anos)	25	10	5	-

9. Debêntures

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Debêntures a curto prazo - principal	6.889	5.390
Juros a pagar sobre debêntures	324	294
Custos a amortizar - Títulos de dívida (*)	(1.041)	(973)
Valor líquido	<u>6.172</u>	<u>4.711</u>
Debêntures a longo prazo - principal	112.344	114.695
Custos a amortizar - Títulos de dívida (*)	(8.293)	(9.100)
Valor líquido	<u>104.051</u>	<u>105.595</u>

(*) Os custos indicados são compostos basicamente de despesas de registro de contratos de emissão, serviços de advogados, estudos de viabilidade, taxas e comissões de emissão.

Em 6 de agosto de 2018, o conselho de Administração da Companhia aprovou a estruturação da 1ª emissão de debênture da Companhia, objetivando captar recursos para financiamento. Os recursos a serem captados por meio de emissão das debêntures serão integralmente utilizados para reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas ao projeto.

A Companhia emitiu, em 15 de setembro de 2018, debêntures não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, com valor nominal unitário de R\$1.000, perfazendo um total de R\$130.000 o processo de emissão destas debêntures foi concluído em 23 de outubro de 2018 quando houve a liquidação financeira desta emissão e os recursos captados foram disponibilizados à Companhia.

A emissão foi realizada por meio de uma oferta com esforços restritos.

Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Debêntures--Continuação

As debêntures serão amortizadas em 29 (vinte e nove) parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 15 de dezembro de 2018 e a última na data de vencimento das debêntures, em 15 de dezembro de 2032. O valor das debêntures será atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA, apurado e divulgado mensalmente pelo IBGE, desde a primeira data de integralização até a data do efetivo pagamento, sobre o saldo atualizado das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a uma taxa de 7,0916% (sete inteiros, novecentos e dezesseis décimos de milésimo por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

As debêntures possuem como garantias a alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, em conjunto com a alienação fiduciária de ações e a cessão fiduciária de direitos creditórios.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2019, as exigências contratuais foram cumpridas.

Mapa de movimentação das debêntures

Saldo em 31 de dezembro de 2018	110.306
Captação	-
Encargos de dívidas - juros, custos e variação monetária	13.035
Juros pagos	(8.506)
Pagamento principal	(5.353)
Custo de captação das debêntures	741
Saldo em 31 de dezembro de 2019	110.223

10. Fornecedores terceiros

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisões	490	900
Fornecedores	11	9
	501	909

O valor de contas a pagar a fornecedores não possui incidência de juros. O saldo de 2019 e 2018, relativo às provisões, se compõe de provisões para despesas com manutenção da central solar, aluguel de terrenos, serviços de advogados e contabilidade.

Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Impostos a recuperar e a recolher

	2019	2018
Imposto de renda e contribuição social	994	935
Outros impostos a recuperar	13	14
Impostos a recuperar	<u>1.007</u>	<u>949</u>
Impostos, taxas e contribuições a recolher		
PIS/COFINS	221	74
ISS	2	-
Imposto de renda e contribuição social	247	273
Retenções ISS, IRRF, PIS, COFINS e CSLL	18	5
INSS Retido	23	-
	<u>511</u>	<u>352</u>

12. Partes relacionadas

Detalhe relativo aos saldos de contas a pagar e contas a receber com partes relacionadas:

	Ativo Circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas	Custos	Despesa
Entidade com influência significativa sobre a Companhia:						
Global Power Generation, S.A. (a)	-	4.974	152	-	-	-
Coligada:						
PVH Brasil Projetos Renováveis Ltda. (b)	-	1.042	-	-	1.153	-
Vinculadas:						
PV Hardware Solutions S.L.	-	1	-	-	6	-
Naturgy Energy Group, S.A. (c)	-	-	-	-	1	201
Gás Natural Informática, S.A (d)	-	-	-	-	20	16
Gás Natural do Brasil S.A. (e)	-	6	-	-	184	-
Em 31 de dezembro de 2019	<u>-</u>	<u>6.023</u>	<u>152</u>	<u>-</u>	<u>1.364</u>	<u>217</u>
Em 31 de dezembro de 2018	<u>98</u>	<u>7.014</u>	<u>152</u>	<u>4.872</u>	<u>1.453</u>	<u>66</u>

(a) O saldo de R\$4.974 refere-se contrato de mútuo celebrado entre as partes enquanto o saldo de R\$152 faz referência a uma conta corrente entre empresas derivado de valores remanescentes da 4ª ampliação de capital.

(b) Os valores a pagar são relativos à retenções contratuais aplicadas nas faturas do EPC. As receitas, possuem característica não operacional e derivam da aplicação de uma penalização contratual estabelecida no PPA. Os custos se referem à manutenção da planta solar.

(c) Os valores são relativos a serviços prestados pelo CSC Latam do grupo Naturgy a companhia.

(d) Os valores são relativos a serviços de informática.

(e) Valores relativos ao custo do supervisor da planta solar assumido diretamente pela Gás Natural do Brasil e refaturado à Companhia.

Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Partes relacionadas--Continuação

Empréstimos com partes relacionadas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Empréstimo - Global Power Generation	4.950	4.950
Juros sobre empréstimo	24	24
	<u>4.974</u>	<u>4.974</u>

Mapa de movimentação dos empréstimos

Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.974
Juros provisionados	447
Encargos	(67)
Juros pagos	(380)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>4.974</u>

Em novembro de 2019, foi celebrado um novo contrato de mútuo com a Global Power Generation nos mesmos moldes do anterior, no valor de R\$4.950 com juros a.a. de 8,90%. O vencimento foi fixado para dezembro de 2020.

Esse contrato não conta com cláusulas de *covenant* financeiros ou garantias.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços acordados entre as partes. Os saldos em aberto no fim do exercício não estão atrelados a garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Administração da Companhia é efetuada de forma compartilhada com outras empresas do grupo e os custos correspondentes ao tempo dos diretores corporativos a serviço da Companhia são reembolsados por meio de notas de débito e estão incluídos nos montantes de serviços corporativos acima demonstrados, nos respectivos exercícios.

Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$56.453 e está representado por 56.453.418 ações ordinárias, todas nominativas, com valor nominal de um real. A Composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2019 é resumida a seguir:

	<u>2019</u>	
	<u>Quantidade de ações</u>	<u>%</u>
PVH Brasil Projetos Renováveis Ltda.	8.468	15%
Global Power Generation, S.A.	47.985	85%
	56.453	100%

Reservas de lucros

(i) *Reserva legal*

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(ii) *Reserva de expansão*

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios, estabelecido no plano de investimentos do Grupo, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas.

14. Receitas de vendas

A composição das receitas é a seguinte:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita de venda de energia	26.456	26.190
Impostos incidentes sobre vendas e descontos	(966)	(953)
	25.490	25.237

Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Custo dos serviços

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Depreciação	(6.876)	(6.865)
Operação e manutenção	(1.255)	(1.245)
Acesso ao sistema de distribuição	(1.060)	(756)
Serviços corporativos	(184)	(231)
Aluguéis de terrenos	(91)	(118)
Outros	(46)	(32)
Provisão ressarcimento CCEE	-	(1.244)
	<u>(9.512)</u>	<u>(10.491)</u>

16. Despesas gerais e administrativas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Serviços de terceiros	(1.255)	(843)
Seguros	(645)	(522)
Impostos e taxas	(104)	(116)
Serviços de informática	(47)	-
Viagens	(8)	(10)
Outras	(1)	-
	<u>(2.060)</u>	<u>(1.491)</u>

17. Outras receitas e despesas não operacionais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Outras receitas não operacionais		
Penalização não cumprimento PPA	-	4.872
Outras despesas não operacionais		
Impostos incidentes sobre vendas e descontos	-	(217)
	<u>-</u>	<u>4.655</u>

Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Resultado financeiro

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Juros sobre debêntures	(8.503)	(1.622)
Atualização IPCA debêntures	(4.532)	(204)
Custo amortizado e despesas bancárias	(1.120)	(246)
Juros sobre empréstimos	(447)	(10.476)
Outras despesas	(280)	(58)
Despesas financeiras	(14.882)	(12.606)
Receita de aplicações financeiras	51	204
Atualização monetária	43	-
Receitas financeiras	94	204

19. Imposto de renda e contribuição social

No quadro a seguir detalhamos a despesa de imposto de renda e contribuição calculada pelo regime de Lucro Presumido:

	<u>1º Trimestre</u>	<u>2º Trimestre</u>	<u>3º Trimestre</u>	<u>4º Trimestre</u>
Receita de Venda de Energia	6.056	6.056	6.127	8.145
Percentual de Presunção - 8%	484	484	490	652
Receitas financeiras	10	11	12	10
Base de Cálculo	494	495	502	662
Imposto de Renda - 15%	74	74	75	99
Adicional - 10%	44	44	45	60
TOTAL Imposto de renda	118	118	120	159
Receita de Venda de Energia	6.056	6.056	6.127	8.145
Percentual de Presunção - 12%	727	727	735	977
Receitas financeiras	10	11	12	10
Base de Cálculo	737	738	747	987
Contribuição Social - 9%	66	66	67	87
TOTAL Contribuição Social - 9%	66	66	67	87
TOTAL Imposto de renda 2019	515			
TOTAL Contribuição social 2019	286			

Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Contingências

No final de fevereiro de 2019, a Companhia teve ciência de uma Execução Fiscal, ajuizada pelo Município de João da Costa – PI, com o objetivo de exigir suposto crédito tributário no valor de R\$1.159 (valor histórico em 17/12/2018), relativo à Taxa para o fornecimento de “Alvará de Licença para Construção”, decorrente de recolhimento supostamente a menor, fruto de pretenso equívoco das Autoridades Fazendárias no ato de emissão da guia de recolhimento.

O grupo no qual a Companhia faz parte entende que, embora a Companhia seja ré do processo em questão, conforme contrato de construção firmado entre as partes, a responsável legal por qualquer desembolso, presente ou futuro desta ação judicial é a PVH Brasil Projetos Renováveis, responsável pela construção da planta solar.

Após a devida citação, em 11/03/2019, o Grupo Gransolar (Companhia responsável pela PVH Brasil) realizou depósito judicial integral do crédito tributário discutido, de modo a possibilitar a oposição dos presentes Embargos à Execução Fiscal. Os embargos foram julgados procedentes, sob o fundamento de que o Município incorreu em erro de direito pela má interpretação do Código Tributário do Município de João Costa/PI, uma vez que era de seu conhecimento a construção da usina solar. O Município interpôs Recurso de Apelação, objetivando a reforma da sentença, os quais foram devidamente respondidos pela Companhia. Processado o feito, os autos foram remetidos ao Tribunal de Justiça. Aguarda-se inclusão do Recurso de Apelação na pauta de julgamento. O valor da contingência, classificada como “possível” pelos advogados, ascende à R\$ 1.445 reais (R\$1.241 em 31 de dezembro de 2018)

21. Seguros

A política da Empresa inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração. As premissas de riscos adotadas, dadas à sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Os limites máximos de indenização para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Sertão I Solar Energia SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Seguros--Continuação

Cobertura	Limite R\$	Franquia R\$	Prêmio R\$
Risco de Operações Prazo 29/10/2019 a 29/10/2020	198.343.705	Cfme. Especificação	368.201
Cobertura	Limite R\$	Franquia R\$	Prêmio R\$
Seguro de veículo Prazo 30/10/2019 a 30/10/2020	1.000.000	5.000	2.626
Cobertura	Limite R\$	Franquia R\$	Prêmio R\$
Responsabilidade Por Danos Ambientais em Instalações Comerciais ou Industriais Prazo 30/10/2019 a 30/10/2020	22.404.000	8.961.600	20.164
Cobertura	Limite R\$	Franquia R\$	Prêmio R\$
Responsabilidade Civil Geral Prazo 29/10/2019 a 29/10/2020	95.000.000	95.000	136.249

22. Eventos subsequentes

Propagação do Novo Coronavírus

Desde o início do ano de 2020, temos acompanhado a propagação no Novo Coronavírus ("Covid-19") ao redor do mundo. A Companhia efetuou uma análise dos riscos e incertezas relacionados ao Covid19 e não identificou nenhum impacto relevante até o momento que requeresse ajuste sobre essas demonstrações financeiras.

Neste momento não é possível mensurar de forma precisa ou antecipar os eventuais impactos econômico financeiros futuros decorrentes de uma pandemia do Covid-19.

André Ricardo Dannemann
Contabilista responsável
Contabilista CRC-1SP274400/O-5